



Mini Sessão Plenária de Bruxelas 30 e 31 de Janeiro de 2019





Quarta-feira, dia 30 de Janeiro



Sessão Plenária de Bruxelas - 30 e 31 de Janeiro

O Estado de direito e os direitos fundamentais na Hungria, evolução desde setembro de 2018

1. NOTÍCIAS

- Fonte 1: Jornal Observador

Data: 10/1/2019

Link: <https://observador.pt/2019/01/10/viktor-orban-quer-predominio-de-forcas-anti-imigracao-na-uniao-europeia/>

Viktor Orban quer domínio de “forças anti-imigração” na União Europeia

O primeiro-ministro da Hungria espera que o seu governo seja a maior “força anti-imigração” da UE e tem “grandes esperanças” na cooperação com Itália e a Polónia, cujos executivos defendem o mesmo.

O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orban, disse esta quinta-feira que o objetivo do seu governo para as eleições europeias é que as “forças anti-imigração” sejam a maioria em todas as instituições da União Europeia (UE).

Orban disse também ter “grandes esperanças” em relação à cooperação entre a Itália e a Polónia, cujos governos são ambos anti-imigração, e que continua a ver o vice-primeiro-ministro italiano e líder da Liga (nacionalista), Matteo Salvini, como “um herói” pelas suas políticas anti-imigração.

O primeiro-ministro húngaro, que em abril foi eleito para um terceiro mandato consecutivo com uma campanha centrada no discurso anti-imigração, disse ainda que haverá duas civilizações na Europa, uma “que constrói o seu futuro numa coexistência mista islâmica e cristã” e outra, na Europa central, apenas cristã.

Esta é uma questão que está a transformar radicalmente a política europeia, que está a definir o processo político na Europa”, disse Orban numa rara conferência de imprensa em Budapeste.

“As estruturas partidárias, tradicionalmente de esquerda ou de direita, estão a ser dominadas por uma dimensão diferente, a dos a favor da imigração ou contra a imigração”, acrescentou.

Para as europeias de maio próximo, Orban definiu como objetivo os partidos anti-imigração alcançarem a maioria no Parlamento Europeu, depois na Comissão Europeia, e, à medida que se forem realizando eleições nacionais nos Estados-membros, no Conselho Europeu.

Sobre o encontro de quarta-feira em Varsóvia entre Salvini e o líder do partido nacionalista no poder na Polónia (PiS), Jaroslaw Kaczynski, o primeiro-ministro húngaro, citado pelo jornal The Guardian, disse que “o eixo Varsóvia-Roma é um dos desenvolvimentos mais maravilhosos do ano”.

O partido de Viktor Orban, o Fidesz, faz parte do Partido Popular Europeu (centro-direita), dentro do qual são vários os líderes políticos que defendem a expulsão da formação húngara por promover políticas contrárias aos valores europeus.

Sobre isso, Orban disse esta quinta-feira que pretende continuar como membro do PPE e, ao mesmo tempo, continuar a forjar alianças com partidos nacionalistas.

- **Fonte 2: Jornal Observador**

Data: 8/12/2018

Link: <https://observador.pt/2018/12/08/milhares-manifestam-se-em-budapeste-contr-lei-da-escravatura/>

Milhares manifestam-se em Budapeste contra “lei da escravatura”

Milhares de húngaros manifestaram-se contra uma alteração do Código do Trabalho proposta pelo partido do primeiro-ministro, Viktor Orban, e qualificada pelos críticos de “lei da escravatura”.

Milhares de húngaros manifestaram-se este sábado em Budapeste contra uma alteração do Código do Trabalho proposta pelo partido do primeiro-ministro, Viktor Orban, e qualificada pelos críticos de “lei da escravatura”.

Apresentado pelos deputados do partido nacional-conservador Fidesz, o projeto de lei prevê um aumento do número de horas extra que os empregadores podem exigir anualmente. Se for aprovado, o limite de horas extra passará de 250 para 400.

“São os salários que devem ser aumentados, não as horas suplementares”, disse Gyorgy Kalman, 47 anos e empregado na indústria automóvel, proveniente da cidade de Gyor para participar na manifestação, citado pela agência France Presse.

A Confederação Nacional dos Sindicatos Húngaros (MASZSZ), que organizou a manifestação, exige a retirada do projeto de lei.

Num comunicado divulgado antes do protesto, o seu responsável Laszlo Kordas considerou que a lei “ataca uma parte importante da sociedade”.

“Os empregados serão obrigados a trabalhar mais 50 dias por ano” se a proposta for aprovada, adiantou.

O Governo defendeu a reforma, considerando que permite a quem quer trabalhar e ganhar mais fazê-lo sem barreiras burocráticas.

Segundo uma sondagem recente do instituto Policy Agenda, 83% dos húngaros estão contra o projeto de lei, que deve ser votado no parlamento na terça-feira.

- **Fonte 3: Jornal Observador**
Data: 12/9/2018
Link: <https://observador.pt/2018/09/12/parlamento-europeu-aprovado-relatorio-que-condena-governo-hungaro-de-viktor-orban/>

Parlamento Europeu: PCP votou contra relatório que condena governo húngaro de Viktor Orbán

O Parlamento Europeu aprovou o relatório que condena o governo da Hungria por “risco manifesto de violação grave dos valores europeus”. PCP votou contra. Marinho e Pinto absteve-se.

É o primeiro sinal forte que a União Europeia dá para se distanciar do regime de Viktor Orbán. Esta manhã, no Parlamento Europeu, a grande maioria dos eurodeputados votou a favor de um relatório que acusa o governo da Hungria de “risco manifesto de violação grave dos valores europeus”. No entanto, e de acordo com o relatório das votações, o PCP votou contra a aprovação do diploma e Marinho e Pinto absteve-se. Os restantes partidos portugueses votaram a favor.

Aos jornalistas, João Ferreira explicou que os comunistas votaram assim porque não reconhecem à União Europeia “nem a autoridade nem legitimidade para se arvorar em juiz, árbitro ou mesmo referência no que aos direitos humanos e à democracia diz respeito”. O eurodeputado do PCP dá o exemplo da troika em Portugal “que atropelou a ordem constitucional e o acervo de direitos liberdades e garantias nela contidos”, ou “as políticas migratórias de cariz racista e xenófobo promovidas pela própria União Europeia”.

Ainda assim, João Ferreira garante que “o PCP está firmemente comprometido com a luta pela liberdade, pela democracia, pelos direitos sociais, cívicos e políticos” e garante “toda a solidariedade para aqueles que na Hungria, comunistas e outros democratas que lutam contra as políticas e o governo de Orbán”.

O relatório em causa, que foi aprovado esta quarta-feira no plenário, propõe que seja acionado o artigo 7º do Tratado da União Europeia, um procedimento que, no limite, pode levar à suspensão dos direitos de voto da Hungria.

Até ao final da votação reinava a incerteza sobre se o relatório conseguiria reunir votos suficientes para ser aprovado – uma maioria de dois terços. Até porque, para isso, precisava que muitos dos eurodeputados do PPE, que pertencem à mesma família política do partido de Orbán, votassem a favor do relatório.

Na noite passada, tal como Observador avançou, o partido não conseguiu chegar a uma posição comum e deu liberdade de votos aos deputados. O resultado ficava assim incerto. Mas ao início da tarde desta quarta-feira, os resultados não deram margem para dúvidas: 448 votos favoráveis, 197 contra e 48 abstenções.

O anúncio da votação foi acompanhado de uma enorme ovação no plenário, com a deputada relatora do documento, Judith Sargentini, visivelmente emocionada. O relatório aponta o dedo ao governo de Viktor Orbán, numa longa lista de acusações que passam pela substituição de juízes independentes por magistrados “ligados ao regime”, ataques à independência das



universidades, controlo dos meios de comunicação social, corrupção, oligarquia, apropriação indevida dos fundos comunitários, ataque à liberdade de culto religioso, proibição de organizações não governamentais, liberdade de expressão, direitos das mulheres, perseguição de imigrantes, refugiados e ciganos.

PSD e CDS satisfeitos com o resultado

O PPE, onde está incluído o Fidesz, é também a mesma família política do PSD e do CDS. Todos os eurodeputados portugueses votaram a favor do relatório e até o comissário europeu Carlos Moedas assumiu que se fosse deputado, teria votado a favor: "Eu sinto-me muito desconfortável por ter Viktor Orbán no meu partido político. Como é que nós podemos ter uma pessoa que defende o que ele defende? Aquilo que se está a passar na Hungria é terrível", dizia Moedas aos jornalistas portugueses, à saída do debate do estado da União.

Já Paulo Rangel, fez questão de sublinhar que "o PSD está à vontade, porque nós estamos a votar contra o governo húngaro e as suas medidas desde 2011, e até temos liderado esse processo com luxemburgueses e holandeses."

A mesma tónica foi usada pelo eurodeputado Nuno Melo, do CDS, que também assumiu o voto a favor, lembrando que não é novidade esta posição do partido. "Não me identifico com o governo de Orbán", garantiu.

Melo lembrou, contudo, que a Hungria ou a Polónia não são os únicos estados onde há problemas. E citou os casos de Malta, da Roménia ou da Eslováquia, todos governados por socialistas. O mesmo fez Paulo Rangel "A Roménia e a Eslováquia estão em pior situação que a Hungria. E ninguém pergunta ao partido Socialista o que pensa dos governos desses países"

Sobre a eventual saída do partido de Orbán da família do PPE, Rangel explica: "Do nosso ponto de vista ele devia já estar suspenso ou até de saída, mas isso é uma questão que tem de ser negociada com todos os outros partidos. Esta é a nossa posição."

O PPE é o maior grupo político no Parlamento Europeu, mas nos últimos tempos tem-se intensificado a dúvida sobre se faz sentido manter alguns membros na família, em particular o partido Fidesz, de Viktor Orbán. Apesar da pressão, a questão não é consensual, porque sem o Fidesz, é mais difícil que o grupo de centro direita se mantenha como o mais numeroso no parlamento depois das europeias de 2019. Para além disso, se há deputados que defendem a expulsão de Orbán por considerarem ser contrário aos princípios do partido, há outros que defendem uma posição mais moderada, com o argumento de que mantendo Orban é mais fácil controlar e moderar a sua ação.

Um processo que pode não dar em nada

A inédita decisão tomada esta quarta-feira no Parlamento Europeu pode ter influência no que se seguirá. É a primeira vez que a assembleia europeia elabora e vota um relatório sobre a oportunidade de desencadear um procedimento como este.

Apesar de tudo a probabilidade de alguma coisa acontecer de facto é escassa. Este é apenas o início de um processo que passa agora para as mãos do Conselho da União Europeia que vai trabalhar em conjunto com a Hungria para evitar sanções. Passos mais radicais terão de dados com o apoio de uma larga maioria de estados-membros, o que para muitos analistas europeus será pouco provável.

“Embora as autoridades húngaras tenham estado sempre dispostas a discutir a legalidade de qualquer medida específica, não se fez face à situação, subsistindo diversos motivos de preocupação que se repercutem negativamente na imagem da União, bem como na sua eficácia e credibilidade na defesa dos direitos fundamentais, dos direitos humanos e da democracia a nível mundial, e que põem em evidência a necessidade de lhes dar resposta através de uma ação concertada da União”, diz o relatório aprovado esta quarta-feira.

Nada que surpreenda Viktor Orbán, que no dia anterior à votação esteve em Estrasburgo para se defender das acusações e declarou desde o início saber qual seria o sentido de voto. “Não vão condenar um governo, vão condenar um país” declarou, para depois deixar uma garantia “Vocês decidiram que o nosso país não pode recusar-se a ser um país de imigração. Não cederemos à chantagem e a Hungria defenderá as suas leis, contra todos, se for preciso.”

2. Relatório discutido em setembro de 2018.

Relatório sobre uma proposta solicitando ao Conselho que, nos termos do artigo 7.º/1 do Tratado da União Europeia, verifique a existência de um risco manifesto de violação grave pela Hungria dos valores em que a União assenta

Relatora: Judith Sargentini

Grupo parlamentar: Verdes

Comissão das Liberdades Cívicas, da justiça e dos assuntos internos

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- A Hungria beneficia de financiamento da União correspondente a 4,4% do seu PIB ou a mais de metade do investimento público.
- Foram atribuídos à Hungria, a título do Fundo de Coesão e dos Fundos estruturais, 25,3 milhões de euros para o período de 2014-2020.
- Desde 2008, a Hungria baixou 19 pontos no Índice da Perceção da Corrupção, o que faz deste país um dos Estados-membros com pior desempenho.
- Em maio de 2017, o Parlamento da Hungria adotou uma lei que aumenta o imposto nacional sobre a publicidade de 5,3% para 7,5%, o que gera preocupações quanto a uma possível pressão sobre os meios de comunicação social independentes que subsistem no país.
- A Hungria ocupa, com 50,8 pontos, o penúltimo lugar na comparação a nível europeu do Índice de Igualdade de Género de 2017 no Instituto Europeu para a Igualdade de Género e que, além disso, perdeu 1,6 pontos desde 2010.

- **Processo de fontes:**

O respetivo relatório encontra-se estruturado consoante as principais áreas de preocupação do Parlamento relativamente à realidade húngara. As principais preocupações estão relacionadas com o funcionamento do sistema constitucional e eleitoral, a independência do poder judicial e outras instituições, os direitos dos magistrados, a corrupção e os conflitos de interesses, a privacidade e a proteção de dados, a liberdade de expressão, a liberdade académica, a liberdade de religião, a liberdade de associação, o direito à igualdade de tratamento, os direitos das pessoas pertencentes a minorias, incluindo os ciganos e os judeus, bem como a proteção

contra declarações de ódio contra essas minorias, os direitos fundamentais dos migrantes, dos requerentes de asilo e dos refugiados e os direitos sociais e económicos.

Foi a primeira vez desde a criação do Parlamento que se elaborou um relatório sobre a oportunidade de desencadear o procedimento previsto no artigo 7.º/1 do TUE.

A relatora pretende, com o presente relatório, demonstrar que existe efetivamente um risco manifesto de violação grave, pela Hungria, dos valores da União.

i) Funcionamento do sistema constitucional e eleitoral:

- A Comissão de Veneza manifestou uma preocupação com o processo de elaboração a constituição da Hungria, tanto no que diz respeito à Lei Fundamental como às alterações deste texto.

- As críticas incidem sobre a falta de transparência do processo, a participação insuficiente da sociedade civil, a ausência de uma verdadeira consulta, o risco que corre a separação de poderes e o enfraquecimento do sistema de equilíbrio de poderes.

- O Governo húngaro recorreu frequentemente a consultas nacionais. Em 27 de Abril de 2017, a Comissão salientou que o processo de consulta nacional "Vamos parar Bruxelas" continha várias alegações factualmente incorretas. O Governo Húngaro realizou ainda consultas intituladas "A imigração e o terrorismo", em Maio de 2015, efetuando, deste modo, um paralelismo entre o terrorismo e a migração, incitando ao ódio contra os migrantes.

ii) Independência do poder judicial e de outras instituições e direitos dos magistrados:

- Na sequência das profundas alterações ao quadro jurídico adotado em 2011, foram conferidos amplos poderes ao presidente do novo Gabinete Judicial Nacional (GJN). A comissão de Veneza criticou estes amplos poderes; preocupações semelhantes foram formuladas pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre a independência dos juízes e advogados, bem como pelo Grupo de Estados contra a corrupção (GRECO), no relatório que aprovou a 27 de Março de 2015.

- O presidente do GNJ é eleito pelo Parlamento húngaro, e daqui decorre que o GNJ não pode ser considerado um órgão de gestão interna do poder judicial. Tendo isto em consideração, todos os intervenientes supramencionados sublinham a necessidade de reforçar o papel do órgão coletivo, o Conselho Judicial Nacional (CJN).

- A partir de 2012, a Hungria tomou medidas positivas para transferir certas funções do presidente do GJN para o CJN.

iii) Corrupção e conflitos de interesses:

- De acordo com o 7.º relatório coesão económica, social e territorial, a eficácia do governo húngaro diminuiu desde 1996 e este país é um dos Estados-membros da União com o governo menos eficaz.

- Segundo o relatório Anticorrupção da UE publicado pela Comissão Europeia em 2014, a corrupção é uma prática generalizada na Hungria.

- De acordo com o Relatório sobre a competitividade mundial 2017-2018, publicado pelo Fórum Económico Mundial, o elevado nível de corrupção constitui um dos fatores mais problemáticos para a atividade empresarial na Hungria.

iv) Privacidade e proteção de dados:

- O Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas manifestou a sua preocupação por o quadro jurídico da Hungria em matéria de vigilância secreta para efeitos de segurança nacional permitir a interceção em larga escala de comunicações e conter salvaguardas insuficientes contra a violação do direito à vida privada.

v) Liberdade de expressão:

- O direito de acesso à informação, a liberdade dos meios de comunicação social e de associação foram restringidos, por recentes alterações jurídicas.

- A cobertura às eleições de 2018 na Hungria foi muito vasta, altamente polarizada e desprovida de análise crítica.

vi) Liberdade académica:

- Estabeleceram-se regras mais severas, sem razões muito fortes, associadas a prazos rigorosos e consequências jurídicas graves, para as universidades estrangeiras há anos estabelecidas na Hungria e aí a estabelecerem a sua atividade.

- O Comité dos Direitos do Homem nas Nações Unidas refere que inexistente uma justificação suficiente para a imposição de tais restrições à liberdade de pensamento, de expressão e de associação, bem como à liberdade académica.

vii) Liberdade de religião:

- O parlamento húngaro aprovou uma lei relativa à liberdade de consciência e religião, e ao estatuto jurídico das igrejas. Nesta lei anulou-se o reconhecimento de inúmeras igrejas. O tribunal constitucional húngaro considerou que esta anulação era inconstitucional.

viii) Liberdade de associação:

- A legitimidade do trabalho das ONG tem sido posto em causa, mediante o uso de uma retórica de estigmatização utilizada por políticos, no âmbito das auditorias realizadas pelo serviço de controlo do Governo húngaro às ONG que gerem o Fundo ONG das subvenções do EEE/Noruega e dele beneficiam.

ix) Direito à igualdade de tratamento:

- A convenção de Istambul ainda não foi ratificada pela Hungria.

- O código Penal húngaro não protege plenamente as mulheres vítimas de violência doméstica.

- As mulheres continuam a estar sub-representadas em cargos de tomada de decisão no setor público.

- Comité dos Direitos do Homem alerta para o internamento forçado em instituições médicas de um grande número de pessoas com deficiências mentais, intelectuais e psicossociais, bem como a denúncia de violência e de tratamentos desumanos e degradantes.

x) Direitos das pessoas pertencentes a minorias, incluindo os ciganos e os judeus, e protecção contra as declarações de ódio contra essas minorias:

- O comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa na sua visita à Hungria mostrou-se preocupado com a deterioração da situação no que respeita ao racismo e à intolerância na Hungria, sendo a hostilidade contra os ciganos a forma mais flagrante de intolerância (ex: marchas paramilitares e patrulhas em localidades onde vivem ciganos).

xi) Direitos fundamentais dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados:

- O Comité Europeu para a prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT) visitou a Hungria (2015) e indicou no seu relatório que um número considerável de cidadãos estrangeiros (incluindo menores não acompanhados) afirmavam ter sido submetidos a maus-tratos físicos por parte dos agentes da policia e guardas armados que trabalhavam em centros de detenção de migrantes ou requerentes de asilo.

- As ONG denunciaram repetidamente o facto de, nas fronteiras da Hungria, os migrantes serem obrigados a regressar à Sérvia, sendo, em alguns casos, submetidos a tratamentos cruéis e violentos, sem que os seus pedidos de proteção sejam examinados; considerando que o Governo húngaro não cumpriu as suas obrigações de recolocação dos requerentes de asilo em conformidade com a legislação da UE.

xii) Direitos económicos e sociais:

- O Relator especial das Nações Unidas sobre a pobreza extrema e os direitos humanos e o Relator Especial das Nações Unidas sobre o direito de todos a um alojamento adequado exortaram a Hungria a reconsiderar a legislação que permite que as autoridades locais penalizem a condição de sem-abrigo
- O Comissário dos direitos humanos do conselho da Europa manifestou preocupação com as medidas tomadas para proibir que se durma na rua e se construa cabanas e barracas.
- A Comissão indica que a percentagem de pessoas em risco de pobreza e exclusão social diminuiu para 26,3% em 2016, mas permanece acima da média da União; as crianças representam o grupo etário mais exposto à pobreza.
-
- **Exposição dos motivos:**

O relatório faz referência aos casos que foram abordados pela Comissão no âmbito de processos por incumprimento. A relatora considera que, embora estes processos possam ter sido encerrados, influenciaram o ambiente geral no país, constando, por isso, do presente relatório.

Ainda que certas leis tenham sido alteradas, de forma a respeitarem os valores europeus, foram causados danos materiais.

Em 2011, o Parlamento publicou a sua primeira resolução sobre os direitos fundamentais na Hungria. Em 2013, um relatório sobre a "situação dos direitos fundamentais: normas e praticas na Hungria" foi submetido a votação no Parlamento, que continuou a acompanhar a situação.

Em 2014, a Comissão apresentou um quadro para salvaguardar o Estado de direito na UE.

Em Maio de 2017, o Parlamento incumbiu a Comissão das liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos de elaborar o presente relatório.

Na resolução do Parlamento Europeu de 17 de maio de 2017, considerou-se que a situação atual da Hungria representa um risco manifesto de violação grave dos valores em que assenta a União, resultando na abertura do procedimento do artigo 7.º/1.

Debateu-se várias vezes com o primeiro-ministro húngaro, os ministros e outros funcionários governamentais, e, no entanto, não foram introduzidas alterações substanciais para salvaguardar o Estado de direito na Hungria. Por este motivo, o relator entende que não existe outra opção que não seja encetar o procedimento previsto no artigo 7.º/1 do TUE e apresenta uma proposta

fundamentada convidando o Conselho a considerar que existe um risco claro de violação grave do Estado de direito e formular recomendações à Hungria para que esta tome medidas.

- **Opinião minoritária:**

Defendem que a proposta que visa acionar o artigo 7.º do Tratado contra a Hungria tem o objetivo imediato de dividir a União Europeia e agravar a situação de crise em que se encontra, representando um ataque direto a procedimentos democráticos, como a alteração da Constituição e as consultas públicas.

Entendem que o relatório assenta na premissa de que a Hungria não tem o direito de tomar decisões que outros países da União Europeia tomarem.

Concluem, por todas as razões expostas, que o presente projeto de resolução é extremamente prejudicial.

- **Parecer da Comissão do controlo orçamental:**

A Comissão do controlo orçamental sublinha a necessidade de melhorar a transparência das finanças públicas, a fim de reforçar a transparência e a concorrência a nível da contratação pública, e critica as deficiências registadas nas práticas da contratação pública na Hungria, e os altos índices de corrupção.

Lamenta igualmente que a Comissão tenha suspenso o relatório anticorrupção.

- **Parecer da Comissão da cultura e educação:**

A Comissão manifesta preocupação com as múltiplas formas de discriminação, em geral, e a segregação das crianças ciganas no domínio da educação, em particular, que constituem um fenómeno enraizado na Hungria, contribuindo assim para a exclusão social dos ciganos e reduz as probabilidades da sua integração no sistema de ensino, no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Salienta em matéria de meios da comunicação que a emissora pública de radiodifusão, que inclui todas as estações de rádio e televisão, difunde as mensagens do Governo de uma forma acrítica, propagando continuamente as campanhas antirrefugiados ou "Anti-Soros" levadas a cabo pelo Governo; recorda ainda que a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social são direitos fundamentais consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da UE e constituem pilares da sociedade democrática.

Por fim, relativamente às organizações não governamentais, lamenta as tentativas do Governo Húngaro para controlar as ONG e limitar a sua capacidade de exercer uma atividade legítima, nomeadamente através da lei "Anti-Soros" e a lei relativa às ONG.

Considera que se justifica o lançamento do procedimento referido no artigo 7.º do TUE.

- **Parecer da Comissão dos assuntos constitucionais:**

Relembra que a participação livre numa sociedade civil plenamente desenvolvida é um aspeto determinante de qualquer processo decisório democrático, e salienta que a proteção e promoção do Estado de Direito, da democracia e dos direitos humanos representa uma



responsabilidade comum e uma obrigação decorrente da pertença a uma comunidade internacional.

A Comissão salienta que a limitação do papel do Tribunal Constitucional húngaro corre o risco de afetar negativamente a separação de poderes, a proteção dos direitos humanos e o Estado de Direito.

Lamenta a retórica hostil e falaciosa utilizada pelas instituições húngaras e a insistência em adotar legislação que viola os valores da União.

Considera que a situação na Hungria constitui um risco manifesto de violação grave dos valores da União, sendo por isso justificado o lançamento do procedimento referido no artigo 7.º do TUE.

- **Parecer da Comissão dos Direitos da mulher e da igualdade dos géneros:**

A Comissão relembra que a Hungria ainda não ratificou a Convenção de Istambul, e que a violência contra as mulheres constitui uma violação estrutural e persistente dos direitos humanos, e salienta que a importância do direito das mulheres à autodeterminação, e neste contexto, a importância do respeito pelos seus direitos sexuais e reprodutivos.

Manifesta preocupação com a redução do espaço de manobra das organizações da sociedade civil e com as tentativas de controlar as organizações não governamentais, restringindo a capacidade destas para levar a cabo um trabalho que é legítimo.

Por fim, manifesta preocupação com o ambiente hostil em relação aos migrantes e aos refugiados na Hungria, condenando os discursos de incitamento ao ódio proferidos por funcionários do Estado e do Governo.

Considera que a situação na Hungria constitui um risco manifesto de violação grave dos valores da União, sendo por isso justificado o lançamento do procedimento referido no artigo 7.º do TUE.



Sessão Plenária de Bruxelas - 30 e 31 de Janeiro

Debate conjunto - Equilíbrio entre homens e mulheres

- Fonte 1: The Guardian 20/11/2017
- Link: <https://www.theguardian.com/world/2017/nov/20/eu-to-push-for-40-quota-for-women-on-company-boards>

EU to push for 40% quota for women on company boards

Proposals from European commission would compel businesses to positively discriminate when hiring new executives until quota is reached

The European commission is to push for a quota for women on company boards to address the slow progress to gender equality in the senior ranks of publicly listed businesses.

Under the proposals, companies whose non-executive directors are more than 60% male would be required to prioritise women when candidates of equal merit were being considered for a post.

Previous attempts by the EU's executive to set a 40% goal for women in the top ranks of listed companies have been blocked by Germany, the Netherlands and Sweden over fears that Brussels was overreaching into domestic affairs. Hungary and Poland have opposed the move on ideological grounds.

The result of the impasse has been slow progress to greater diversity at the top of companies. Women made up 29% of recruits to UK boards in 2016, down from 32.1% in 2014 and 31.6% in 2012, according to research by the recruiter Egon Zehnder.

The proportion of women on the boards of the largest listed companies across the EU has more than doubled, from 10% in 2005 to 22% in 2015. However, women account for only 7% of board chairs and presidents and 6% of chief executives in the largest companies.

On Monday, the commissioner for justice and gender equality, Věra Jourová, will publish proposals to redress the gender pay gap.

Speaking to the Guardian before the launch, Jourová said: "We have so much evidence that it is good for business to have diversity, to have women and men on boards. Women [make up] 65% of university graduates, so why don't we use that talent and the investment?"

"Women have a very good talent for long-term, sensible spending [and] for crisis-solving because they can come up with proposals for negotiation and compromise. It is a necessary balance to the approach of men: attack and escape."

A quota for boards will be one of a series of legislative proposals aimed at tightening the law to improve diversity and pay practices in work.

The pay gap in the EU, quantifying the difference in average hourly pay for male and female workers, remains resolutely large.

According to figures released in October, Britain registered the biggest increase in the EU's gender pay gap in 2015. The UK's gender pay gap jumped from 19.7% in 2014 to 20.8% in 2015, the largest annual rise among Europe's main economies. The gap in the UK now outstrips the EU's average of 16.3%.

Jourová, the Czech Republic's representative in the commission, said: "In each country there are special reasons for this. I think that in most member states, maybe all, the main problem is segregated jobs. Females' jobs, nurses, social services, teachers are underpaid. And is it because



women are working in these roles? Maybe. I would guess this is also the case with the UK and [it is] something they should think about.

“We are addressing the member states with a strong call to look into it and change their remuneration policy in the public sector. The gender pay gap is also partly caused because women have more duties at home and take part-time jobs. And are paid less. It is a trap.”

Across the EU there is a full-time equivalent employment rate of 40% for women and 56% for men.

Jourová said she believes discrimination is still a major factor, and that current EU legislation is ineffective because it is not strongly enforced. Jourová has also suggested legislation to force listed companies to publish gender-specific statistics on pay.

“There are no teeth [to current laws],” she said. “According to our estimates, discrimination accounts for 8-10% of the gap. There is not enough enforcement. It must be done by labour inspectorates, and it should be captured in collective bargaining by the trade unions.”

Sessão Plenária de Bruxelas - 30 e 31 de Janeiro

Debate conjunto - Equilíbrio entre homens e mulheres

Quarta-feira, dia 30

- **Alguns dados a ter em conta:**

- A competência da União Europeia (UE) para legislar em matéria de igualdade de género remota a 1957.
- Um dos objectivos da Carta das Mulheres, apresentada em Março de 2010, é promover uma maior igualdade entre os géneros no processo de decisão.
- O Parlamento Europeu já solicitou, por diversas vezes, que se estabelecessem quotas juridicamente vinculativas para os Estados-Membros da UE.
- Em 2010, a Comissão Europeia adotou a Estratégia sobre a igualdade de género (2010-2015) e referiu, pela primeira vez, a possibilidade de adoção de políticas que assegurem a representação das mulheres nos órgãos de decisão.
- Desde então, tem havido uma progressão nesta matéria, no entanto, os progressos continuam a ser lentos e a verdadeira evolução só aconteceu nos países que dotaram legislação vinculativa neste âmbito.
- Em 2012, nos concelhos de administração das empresas 85% dos membros não-executivos dos conselhos de administração são homens enquanto as mulheres representavam 15%.
- Vários estudos indicam que a participação equilibrada entre géneros nos conselhos de administração permite que existam mentalidades diversificadas e decisões mais equilibradas o que resulta num ambiente mais produtivo e inovador e, como resultado, num melhor desempenho das empresas.
- Fomentar políticas de igualdade de género dentro das empresas incentiva mais mulheres a permanecerem no mercado de trabalho o que contribui para aumentar a taxa de emprego na UE.
- Em 2012, vários Estados-Membros da UE começaram a introduzir legislação relativa aos concelhos de administração das empresas. Onze Estados-Membros (Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Portugal, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Áustria e Eslovénia) introduziram instrumentos jurídicos para promover a igualdade de géneros nos conselhos de administração.
- O facto de existirem países que integram a igualdade de género na sua legislação e outros países que não o fazem cria uma barreira ao mercado único europeu visto que diferentes disposições do direito das sociedades podem ter implicações nas relações transfronteiriças entre as empresas.

- **Proposta da Comissão:**

- Em Novembro de 2012, a Comissão publicou uma proposta de diretiva relativa à melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres no cargo de administrador não executivo nas empresas europeias cotadas em bolsa.



- A proposta foi apresentada conjuntamente pela Vice-Presidente Viviane Reding (Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania), pelo Vice-presidente António Tajani (Indústria e o Empreendedorismo), pelo Vice-presidente Joaquín Almunia (Concorrência), pelo Vice-presidente Ollin Rehn (Assuntos Económicos e Monetários), pelo Comissário Michel Barnier (Mercado Interno e Serviços) e pelo Comissário László Andor (Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão).
- A diretiva estabelece como objetivo atingir os 40% de presença do sexo menos representado nos cargos de administradores não executivos.
- A proposta aplica-se às empresas cotadas em bolsa, devido à sua grande visibilidade, não se aplica a pequenas e médias empresas.
- O objetivo deve ser atingido até 2020 para empresas privadas e até 2018 para empresas públicas, tendo em conta que estão sob a influência das autoridades públicas.
- A diretiva prevê que a proposta se aplique a 5 000 empresas cotadas na União Europeia.
- A Comissão propõe uma "quota flexível" que consiste numa obrigação para as empresas cotadas de estabelecerem objetivos próprios de autorregulação no âmbito da igualdade de género, a atingir até 2020 (ou 2018, no caso das empresas públicas).
- A diretiva estabelece que os Estados-membros que já têm legislação neste âmbito podem conservá-la, desde que se mostre tão eficaz como a diretiva e que a meta dos 40% seja igualmente atingida.
- Se uma empresa cotada em bolsa na Europa não contar com 40 % de mulheres entre os seus administradores não executivos, a nova diretiva prevê que deve ser introduzido um novo processo de seleção dos membros do conselho de administração, que dê prioridade às candidaturas de mulheres qualificadas.
- A qualificação e o mérito devem continuar a ser os principais critérios para ocupar um lugar e devem ser avaliados consoante critérios objetivos.
- Em concordância com a jurisprudência do Tribunal de Justiça, para as mesmas qualificações, após uma análise objetiva dos candidatos, deve ser dada preferência às mulheres, apenas nos casos em que estas estejam efetivamente sub-representadas.
- Os Estados-Membros devem estabelecer sanções para as empresas por inobservância da legislação em matéria de equilíbrio entre homens e mulheres.
- A diretiva é uma medida temporária. Esta, tem como objectivo uma concretização rápida da meta proposta e, como tal, deverá cessar em 2028, quando deixar de ser necessária porque o objectivo foi alcançado.
- A 20 de Novembro de 2013 o Parlamento apoiou a iniciativa da Comissão com algumas alterações.
- Desde então, a proposta encontra-se bloqueada no Conselho.



**Quinta-feira, dia 31 de
janeiro**



Sessão Plenária de Bruxelas - 30 e 31 de Janeiro

Debate com o primeiro ministro da Finlândia, Juha Sipilä

- **Fonte 1: Público**
Data: 07/12/2018
Link: <https://www.publico.pt/2018/12/07/economia/noticia/finlandia-lanca-irs-reformados-portugal-ja-janeiro-1853779>

Crise no governo finlandês após eleição de político racista

Escolha de Jussi Kristian Halla-aho leva a divisão nos Verdadeiros Finlandeses para evitar queda do governo

Os Verdadeiros Finlandeses, partido nacionalista de extrema-direita que chegou a pôr em risco a aprovação do resgate financeiro internacional a Portugal, voltam agora a dar que falar.

No sábado, o partido elegeu como novo líder um político condenado por incitamento ao ódio racial, étnico e religioso: Jussi Kristian Halla-aho. Anti-imigração, anti-União Europeia, Halla-aho foi eleito com 949 votos. O seu principal rival, que era o ministro da Cultura, Sampo Terho, teve 629.

Logo em seguida o primeiro-ministro da Finlândia, Juha Sipilä, ameaçou dissolver o atual governo de coligação, que é composto por três partidos: o seu Partido Centrista, o Partido da Coligação Nacional e, precisamente, os Verdadeiros Finlandeses.

Face a esta ameaça, alguns deputados do partido nacionalista de extrema-direita decidiram ontem, in extremis, abandonar o mesmo e formar um novo grupo parlamentar, para, dessa forma, se manterem no governo. O novo grupo foi batizado com o nome de Nova Alternativa.

Tendo isto em conta, o primeiro-ministro finlandês, que já ia a caminho para apresentar a demissão ao presidente Sauli Niinistö, indicou que não dissolveria o governo e se manteria em funções. "Esta é uma solução satisfatória... Vamos continuar com os atuais ministros e o atual programa de governo... A situação estará encerrada em apenas um dia", disse Juha Sipilä aos jornalistas.

Com o novo grupo parlamentar Nova Alternativa, que inclui também o ex-líder dos Verdadeiros Finlandeses Timo Soini, a coligação governamental passa a ter 106 deputados num total de 200.

"Esta decisão irá muito provavelmente arruinar as nossas carreiras políticas... mas estamos determinados a fazer isto... pelas razões mais acertadas. Hoje não agimos como políticos, fazemos isto pelo nosso país", declarou o presidente do novo grupo parlamentar Simon Elo, ontem citado pela agência Reuters. Elo falava também em Helsínquia.

Vários analistas consultados pela mesma agência noticiosa internacional consideraram que a queda do governo poderia ter posto em causa reformas importantes que estão planeadas nas áreas da saúde e da Administração Pública, essenciais para equilibrar as contas do país. A Finlândia é membro da UE desde 1995 e foi um dos primeiros países a adotar o euro quatro anos depois.

Entre as coisas que defende, o novo líder dos Verdadeiros Finlandeses quer a saída do país da UE. Jussi Kristian Halla-aho, doutorado em Filosofia, de 46 anos, foi condenado em 2012 por incitamento ao ódio étnico e religioso depois de escrever no seu blogue que o profeta Maomé era pedófilo e de se questionar se assaltar pessoas e viver de apoios sociais poderia ser



considerada uma característica genética dos somalis. Halla-aho foi condenado a pagar uma multa de 400 euros.

Ontem, incrédulo, o político disse aos jornalistas: "É difícil de acreditar como é que este tipo de operação e de traição aos eleitores pode estar a acontecer... Não estava à espera de uma coisa destas"

- **Fonte 2: Público**
Data: 07/12/2018
Link: <https://www.publico.pt/2018/12/07/economia/noticia/finlandia-lanca-irs-reformados-portugal-ja-janeiro-1853779>

Finlândia lança IRS a reformados em Portugal já em Janeiro

Portugal tem na gaveta acordo assinado há dois anos. Helsínquia esperou até 1 de Dezembro, mas perante a demora vai mesmo rasgar as regras em vigor. Em Janeiro começa a reter IRS aos pensionistas isentos cá e lá.

Helsínquia aguardou por um sinal de Lisboa até 1 de Dezembro, mas ele não chegou e o desfecho que se antecipava tornou-se irreversível — a Finlândia vai mesmo rasgar unilateralmente o acordo fiscal que assinou com Portugal há 48 anos, deixando de aplicar essa convenção já a partir de 1 de Janeiro.

Embora os dois países já tenham assinado um novo texto em 2016, Portugal continua ao fim de dois anos sem ratificar o novo documento e, como a Finlândia decidiu deixar cair o acordo em vigor, haverá um vazio nas regras criadas entre os dois países para mediar as situações em que a tributação de cada um colide.

São duas as consequências imediatas. Já a partir de Janeiro, o fisco finlandês vai começar a tributar, através das retenções na fonte de IRS, os cerca de 500 pensionistas finlandeses que vivem em Portugal e que, ao abrigo do regime dos residentes não-habituais, estão hoje isentos de IRS cá e lá. Mas também empresas ou contribuintes singulares com actividade nos dois países correm o risco de ser tributados duas vezes.

É uma decisão sem precedentes que o Governo de António Costa não conseguiu (ou não quis) evitar, ao manter a nova convenção da gaveta. Esse é um detalhe diplomático que continua por clarificar, mesmo depois de o primeiro-ministro finlandês, Juha Sipilä, ter estado em Lisboa ao lado de António Costa em Outubro, e mesmo sabendo-se que o Governo está a ser pressionado para mexer em mais acordos fiscais (com a Suécia) e até já admitiu rever algumas regras do regime dos residentes não-habituais.

Um ponto é certo: o fim da convenção é um passo inédito dado pela Finlândia, porque o Estado português é o primeiro com quem Helsínquia rompe uma convenção fiscal, garantiu uma fonte do Ministério das Finanças finlandês. Em Lisboa, o gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, não respondeu às perguntas do PÚBLICO sobre o desfecho que se avizinha.



Sessão Plenária de Bruxelas - 30 e 31 de Janeiro

Debate com o primeiro ministro da Finlândia, Juha Sipilä

- A Finlândia é uma república parlamentar. O chefe de governo é o primeiro-ministro e o chefe de Estado o Presidente. A administração central está localizada em Helsínquia e a administração local é assegurada por 311 municípios.
- Juha Sipilä foi um empreendedor de sucesso na área da tecnologia de informação. Em 2011, foi eleito congressista e em 2012 foi eleito presidente do partido. Actualmente é primeiro-ministro da Finlândia e presidente do Partido Conservador Centro.
- Quando assumiu o cargo de primeiro-ministro, Sipilä prometeu melhorar a economia finlandesa depois da recessão e minimizar os danos causados pela aplicação das sanções à Rússia por parte da União Europeia (UE) que implicaram uma diminuição de 10% nas exportações.
- O governo de Sipilä procedeu a reformas profundas no mercado de trabalho, na segurança social e na saúde e conseguiu assim equilibrar o PIB e garantir a taxa de desemprego mais baixa dos últimos 30 anos.
- Em relação à crise migratória, o primeiro-ministro finlandês defende que deve haver uma cooperação com África de modo a ajudar, de forma eficiente, a população jovem. Argumenta que, além disso, é importante criar uma guarda costeira para a União Europeia e investir em políticas de retorno dos refugiados.
- Relativamente situação da Rússia, Sipilä declarou que o seu comportamento é inaceitável e apoia a posição da União Europeia, inclusive no que diz respeito às sanções impostas. Não obstante, considera importante que continue a haver um diálogo com a Rússia.
- No que diz respeito à adesão à NATO afirma que maior parte da população e dos políticos são contra a adesão, tal como ele, visto a Finlândia tem Forças Armadas fortes e aposta numa cooperação com a Suécia e com a NATO.

Contextualização política

- Nas eleições de 19 de Abril de 2015, venceu o partido Conservador de Centro (Keskusta) e Juha Sipilä assumiu o cargo de primeiro-ministro.
- O Partido do Centro tinha sido até então o maior partido da oposição.
- Nas eleições legislativas conquistou 49 dos 200 lugares no parlamento. O Partido dos Finlandeses, liderado por Timo Soini, ficou em segundo lugar, com 38 lugares parlamentares. A Coligação Nacional liderada por Alexander Stubb, que estava no poder desde 2011, ficou em terceiro lugar e conquistou 37 lugares. O Partido Social-Democrata ficou com 34 lugares.
- Logo após as eleições, os partidos iniciaram discussões para formar um novo governo.
- O novo governo de coligação passou a ser liderado por três partidos: o Partido Conservador de Centro, os populistas "Finns" (Verdadeiros Finlandeses, em português) e o moderador conservador Partido da Coalizão Nacional.
- Sipilä foi muito criticado por se ter coligado com um partido de extrema-direita. Como resposta, defendeu que é necessário dialogar com todos os partidos, independentemente da sua ideologia e assegurou que antes de avançar com a coligação garantiu que os três partidos chegar a acordo para a constituição de um programa de governo assente numa política pró europeia.



- Em Junho de 2017, os Verdadeiros Finlandeses elegeram um novo representante do partido, Jussi Kristian Halla-aho, um político de extrema-direita que defende políticas anti migratórias e a saída da União Europeia. Halla-aho é conhecido por fazer cometários racistas. Em 2012 foi condenado por incitamento de ódio étnico e religioso.
- Face a esta eleição, o primeiro-ministro finlandês ameaçou dissolver o governo de coligação, sustentando que não haveriam condições para governar após esta eleição.
- Alguns deputados do partido dos Verdadeiros Finlandeses, inclusive o seu anterior líder, Timo Soini, criaram um novo grupo parlamentar intitulado Nova Alternativa para que o governo se mantivesse. Sipilä aceitou esta solução, dando a justificação de que a dissolução do governo poderia por em causa reformas importantes para a Finlândia.

Relação com Portugal

Acordo fiscal bilateral

- Em 1970 foi assinado um tratado fiscal bilateral entre Portugal e a Finlândia que entrou em vigor em 1971 para evitar casos de dupla tributação.
- Por regra, estes acordos estabelecem que os impostos são cobrados apenas no país onde as pessoas vivem. No entanto, as regras do regime dos residentes não habituais em Portugal permitiam que muitos finlandeses vivessem em Portugal isentos de pagar o IRS a ambos os países.
- Como consequência, em 2016, os dois países chegaram a acordo sobre a renegociação do tratado fiscal de modo a acabar com a dupla isenção. Assinaram um novo acordo fiscal em Bruxelas em Novembro de 2016, para substituir a convenção celebrada anteriormente. A Finlândia ratificou o texto em Dezembro de 2016 mas Portugal, até à data, não o fez.
- Como resposta, em Dezembro de 2018, o governo finlandês assegurou o fim do acordo fiscal de 1970 com implicações efectivas a partir de 1 de janeiro de 2019. O governo garante que o novo acordo não está em risco, mas que, até Portugal ratificar o mesmo, não existe um documento comum e por isso insta Portugal a que o faça o mais rapidamente possível.
- O fim do acordo tem consequências para os cidadãos finlandeses a viver em Portugal semelhantes às que foram acordadas em 2016, ou seja, deixam de ficar isentos de pagar o IRS na Finlândia. No entanto, este acto por parte do governo finlandês pode originar duplas tributações para as empresas ou contribuintes singulares com actividade nos dois países.

Seminário empresarial luso-finlandês

- No dia 2 de Outubro de 2018 realizou-se o seminário empresarial luso-finlandês.
- Participaram cerca de trezentas empresas finlandesas e teve como foco áreas de negócio assentes na tecnologia aplicada à gestão florestal, à produção de energia a partir de biocombustíveis e à reciclagem de materiais com novas tecnologias.
- Os primeiros-ministros de ambos os países destacaram a ideia de que os dois países devem colaborar, a nível nacional e europeu, de maneira a promover a inovação, a área que esta na base da cooperação económica dos dois países.
- Durante o seminário, o primeiro-ministro finlandês referiu a importância do aproveitamento da energia solar, a energia eólica e das marés e a produção de combustíveis sustentáveis, assegurando que é crucial que os países assumam como missão salvar o planeta garantindo, ao mesmo tempo, um sucesso económico de longo prazo.



Sessão Plenária de Bruxelas - 30 e 31 de Janeiro

Debate e resolução sobre a crise política na Venezuela

Contextualização:

- A 23 de janeiro, o líder da oposição da Venezuela, Juan Guaidó, autoproclamou-se presidente interino do país.
- O líder da oposição pediu o apoio dos militares para formar um Governo de transição que leve à realização de eleições livres. Em resposta, o Governo acusa Guaidó de golpe de Estado e ameaçou-o com a prisão.
- Nicolás Maduro apelou à mobilização da população para derrotar a tentativa de golpe de Estado da oposição e deu 72 horas para que os representantes diplomáticos dos EUA saiam da Venezuela.
- Os EUA reconheceram Guaidó como presidente interino legítimo da Venezuela.
- O Canadá, o Brasil, a Argentina, a Colômbia, o Paraguai, o Peru e o Chile também apoiam Guaidó.
- O chefe de Estado do México esclarece que não está a favor nem contra ninguém e mostra-se pronto para ajudar os dois países a entrar em diálogo para resolver problemas.
- A União Europeia assegura que, se não foram convocadas eleições na Venezuela nos próximos dias terá que tomar novas medidas inclusive o reconhecimento da liderança do país de acordo com o artigo 233 da Constituição venezuelana.
- Maduro recusa a exigência da União Europeia de convocação de eleições antecipadas.
- A ONU está dividida em dois blocos: o bloco liderado pelos Estados Unidos, que é contra a manutenção no poder no Presidente venezuelano, Nicolas Maduro e o o bloco liderado pela Rússia e pela China, aliado do regime, que também conta com o apoio da Turquia.
- A Venezuela rejeitou, perante o Conselho de Segurança, a realização de eleições para resolver o conflito.
- Os governos de Espanha, França, Alemanha, Holanda, Portugal e Reino Unido deram um prazo de oito dias a Maduro para convocar eleições na Venezuela e, caso não o faça, reconhecerão o líder parlamentar Juan Guaidó como Presidente interino do país.

Notícias

- **Fonte 1: Jornal Público**
Data: 26-01-2019
Link:<https://www.publico.pt/2019/01/26/mundo/noticia/franca-espanha-reconhecerao-guaido-maduro-nao-convocar-eleicoes-prazo-oito-dias-1859552>

UE vai reconhecer Guaidó como Presidente se Maduro não anunciar eleições nos próximos dias

Depois de Portugal, França, Espanha, Alemanha e Reino Unido terem dado oito dias a Maduro para marcar eleições, UE aperta cerco a regime de Caracas. Trump nomeia um "falcão" envolvido no escândalo Irão-Contras como enviado para a Venezuela.

A União Europeia endureceu a sua posição em relação à situação política na Venezuela e garantiu que vai tomar "várias medidas", incluindo reconhecer Juan Guaidó como Presidente interino do país, se não forem marcadas eleições "nos próximos dias". Uma posição que surge depois de França, Espanha, Alemanha e Reino Unido, mais incisivos, terem feito um ultimato a Nicolás Maduro, dando-lhe um prazo de oito dias para convocar eleições.

Mais populares

Na sexta-feira foi anunciado que Bruxelas estava a preparar um ultimato a Maduro. Depois da tomada de posição destes países da UE, Bruxelas, que até ao momento não tinha posto em causa directamente Maduro mas tinha reconhecido a Assembleia Nacional como único órgão legítimo da Venezuela, alterou a sua declaração.

"Na ausência de um anúncio sobre a organização de novas eleições, com as garantias necessárias, nos próximos dias, a UE vai adoptar mais medidas, incluindo o reconhecimento da liderança do país em linha do artigo 233.º da Constituição venezuelana", disse, em comunicado, Federica Mogherini, alta representante da UE para a Política Externa.

"O povo venezuelano deve poder decidir livremente o seu futuro. Se em oito dias não forem anunciadas eleições, podemos reconhecer Juan Guaidó como 'Presidente interino' da Venezuela para implementar o referido processo político. Trabalhamos conjuntamente com os nossos aliados europeus", escreveu no Twitter o Presidente francês, Emmanuel Macron, antes da declaração da UE.

- **Fonte 2: Jornal Público**
Data: 25-01-2019
Link:<https://www.publico.pt/2019/01/25/mundo/noticia/juan-guaido-acena-amnistia-nicolas-maduro-1859358>

Juan Guaidó oferece "amnistia" a Nicolás Maduro se deixar o poder

Rússia, México e Uruguai oferecem-se para mediar conversações. Líder da oposição que se declarou Presidente interino diz que Assembleia Nacional aprovou esta semana uma lei que abrange Maduro e os seus colaboradores.

Juan Guaidó, o líder da oposição venezuelana que se declarou Presidente interino, admite conceder amnistia ao Presidente Nicolás Maduro se houver uma transição pacífica de poder.

Mais populares

"Aconteceram coisas parecidas em outros períodos de transição. Aconteceu no Chile e na Venezuela em 1958. Não podemos descartar nenhum elemento, mas temos de ser muito firmes em relação ao futuro", disse Guaidó na sua primeira entrevista depois de se ter declarado Presidente interino do país, ao canal norte-americano em língua espanhola Univision.

Guaidó apontou para a lei de amnistia que foi aprovada esta semana na Assembleia Nacional e que, segundo ele, abrange tanto Maduro como os seus colaboradores mais próximos.

"Isso será avaliado quando a questão se puser. A amnistia está em cima da mesa, são garantias para todos os que estiverem dispostos a pôr-se do lado da Constituição na recuperação da ordem constitucional", disse o presidente da Assembleia Nacional.

Sobre a sua proclamação como Presidente interino, Juan Guaidó disse que esse passo significa "assumir as competências para acabar com a usurpação que se vive na Venezuela", com o objectivo de "abraçar todos os sectores, incluindo os militares, e lançar eleições livres para se superar a crise".

Indiferente às declarações de Guaidó, o Presidente Nicolás Maduro esteve presente na quinta-feira na abertura do ano judicial no país e recebeu apoios importantes – depois da Rússia, China e Turquia, também o México e o Uruguai condenaram os acontecimentos dos últimos dias no país e ofereceram-se para mediar conversações. Moscovo ofereceu-se também como intermediário, já nesta sexta-feira.

"Não aceitaremos que império algum nos imponha governos por vias extra-constitucionais", disse Maduro no Twitter. "Na Venezuela prevalecerá o respeito pela vontade do povo, pela Constituição e pela Soberania. Venceremos!"

Também na quinta-feira, Maduro recebeu o crucial apoio das lideranças militares do país. O ministro da Defesa da Venezuela, o general Vladimir Padrino, classificou a proclamação de Guaidó como "um golpe de Estado contra a Constituição e o Presidente, Nicolás Maduro". E advertiu sobre os riscos de o país cair numa guerra civil.

Do outro lado, os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido e vários países da América Latina reconheceram Juan Guaidó como Presidente interino da Venezuela e disseram que Nicolás Maduro deve sair do poder.

A liderança da União Europeia teve, até agora, uma atitude moderada – exprime o seu "total apoio" às acções encetadas pela Assembleia Nacional, que considera a única instituição

democraticamente eleita pelos venezuelanos e cujos poderes exigiu que fossem "imediatamente restaurados e respeitados".

No texto oficial, que foi negociado com todas as 28 capitais da UE, exige-se o respeito pelos "direitos cívicos, liberdade e segurança" de todos os parlamentares, e em particular do presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó. E lembra que para a UE, "a violência ou excessivo uso da força pelas forças de segurança é completamente inaceitável".

Mas na quinta-feira, dezenas de eurodeputados, de vários partidos e nacionalidades, exigiram à Alta-Representante da União Europeia para a Política Externa, Federica Mogherini, um apoio explícito à proclamação do presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, que assumiu a presidência interina do país até à realização de novas eleições democráticas.

- **Fonte 3: Jornal Público**
Data: 25-01-2019
Link: <https://www.publico.pt/2019/01/25/mundo/noticia/sim-puede-garante-guaido-venezuelanos-1859498>

Guaidó rejeita "falso diálogo" com Maduro - "Aqui ninguém se rende"

O político que se declarou Presidente interino da Venezuela promete mais protestos e tenta puxar os militares para o lado da oposição com uma lei da amnistia.

Juan Guaidó, que se proclamou Presidente interino da Venezuela, mantém um discurso positivo, longe do tom de confrontação do passado, para manter acesa a esperança da oposição venezuelana no derrube de Nicolás Maduro e do chavismo. "Digam-me que não começaram a sonhar com essa Venezuela livre e grande que estamos a construir", lançou para a multidão que encheu uma praça de Caracas esta sexta-feira para o ouvir falar dos seus planos para afastar "o usurpador" – que é como chama a Maduro. "No Palácio de Miraflores acham que este movimento é uma bolha que vai desinflar. Mas nós não nos vamos cansar. Aqui ninguém se rende", garantiu.

Mais populares

Guaidó, que é presidente da Assembleia Nacional venezuelana, um órgão dominado pela oposição e ao qual Maduro roubou os poderes, transferindo-os para uma Assembleia Constituinte, tem um plano em três etapas: "Acabar com a usurpação, fazer um governo de transição e convocar eleições livres".

É um programa feito à medida dos anseios da União Europeia, que está a ultimar uma nova declaração de ultimato ao Presidente venezuelano Nicolás Maduro, exigindo-lhe que num prazo – "curto", como frisou o ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, Josep Borrell – marque eleições "livres e justas". Se não, a UE poderá ir mais além da posição emitida na quarta-feira por Federica Mogherini, e reconhecer mesmo Guaidó como Presidente interino, com legitimidade para que a Assembleia Nacional convoque as eleições.

Guaidó referiu-se várias vezes à União Europeia – pediu "um aplauso para a UE, que está neste momento a dar um passo muito importante", e disse agradecer muito a posição europeia. "Sei que vai ser mais contundente nos próximos dias", assegurou, ao falar na Praça Bolívar de Chacao, uma das cinco divisões administrativas de Caracas, que foi dirigida durante oito anos por Leopoldo López – o líder do partido Vontade Popular, condenado a 13 anos de prisão pelo regime chavista, que o responsabilizou pela morte de várias pessoas nos protestos de 2014.

Amnistia para os militares

O objectivo de Guaidó é fazer um discurso positivo, dar esperança – ouviu-se o célebre slogan de campanha de Barack Obama traduzido para “Si, se puede” várias vezes e ele respondeu “claro que se pode!”. Este engenheiro industrial de 35 anos pode ser um líder accidental, que ninguém esperava ver surgir de uma oposição desmoralizada, mas está a ser bastante eficaz. Muitas vezes se ouviu a multidão gritar “Presidente, Presidente”. Ele respondeu: “Mais do que um libertador, prefiro ser um servidor público.”

A próxima acção de mobilização será a distribuição da lei de amnistia aprovada pela Assembleia Nacional, para que todos os cidadãos possam dar a lê-la a militares, para tentá-los a passar para o lado da oposição. A lei está disponível online, para que todos possam tirá-la da Internet e imprimi-la para distribuir. “Vamos organizar-nos em pequenos grupos e entregá-la ao amigo militar, ao familiar militar e levá-la ao quartel perto na nossa comunidade”, disse Guaidó – e as suas palavras surgiram quase simultaneamente na sua conta de Twitter.

Esta acção de domingo será uma forma de preparação para “o grande protesto da próxima semana”, que não antecipou como será. Mas disse que haverá uma sessão da Assembleia Nacional na terça-feira.

Antes do discurso, Juan Guaidó tinha até admitido conceder amnistia ao Presidente Nicolás Maduro, se houvesse uma transição pacífica de poder, numa entrevista ao canal norte-americano em língua espanhola Univision. “Aconteceram coisas parecidas noutros períodos de transição. Aconteceu no Chile e na Venezuela em 1958. Não podemos descartar nada, mas temos de ser muito firmes em relação ao futuro”, disse Guaidó.

Ofereceu amnistia, mas não o diálogo a que, a dado momento, Maduro aludiu quando disse estar “sempre pronto” para o “diálogo nacional”. “Se tiver que me ir encontrar com essa rapaz, vou”, disse sobre o presidente da Assembleia Nacional.

Guaidó disse tratar-se de um “falso diálogo”. “O caminho aqui é claro: fim da usurpação, governo de transição e eleições livres”, sublinhou.

O discurso transformou-se numa conferência de imprensa, e uma das perguntas que fizeram a Guaidó é se tinha medo de ser morto. Ele não respondeu directamente. Recordou que ainda há menos de duas semanas foi “sequestrado”, num episódio mal esclarecido em que foi detido pelos serviços secretos venezuelanos e depois libertado, numa operação que o Governo classificou como “irregular”.

"Espanhóis insolentes"

Enquanto Guaidó falava em Chacao, Maduro discursava no Palácio de Miraflores. Seguro dos apoios manifestados pela Rússia e pela China – países que têm fortes interesses económicos na Venezuela, sobretudo no petróleo – o Presidente disse que as declarações do ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros são “insolentes”. “Se querem fazer eleições que as façam em Espanha”, declarou, citado pelo El País.

Maduro arremeteu também contra Pedro Sánchez, que não chegou à presidência do Governo espanhol através de eleições – mas antes porque derrubou Mariano Rajoy numa moção de desconfiança. “Não tem moral para lançar um ultimato à Venezuela. Enfrentamos Espanha, como sempre fizemos, e ao seu racismo.”

Sobre o debate pedido para este sábado no Conselho de Segurança das Nações Unidas pelo secretário de Estado norte-americano Mike Pompeo, Maduro lançou um “obrigadinho”: “la pedi-lo, mas adiantou-se o mister Pompeo. Thank you very much. Já mandei o [Jorge] Arreaza [ministro dos Negócios Estrangeiros] para Nova Iorque”.

- **Fonte 4: Jornal Público**
Data: 24-01-2019
Link: <https://www.publico.pt/2019/01/24/politica/noticia/venezuela-ps-defende-eleicoes-livres-democraticas-pcp-dritica-golpistas-1859212>

Venezuela: PS defende eleições livres, PCP critica "golpistas"

Partidos que apoiam o Governo dividem-se quanto à situação política vivida naquele país, onde vivem 300 mil portugueses e luso-descendentes.

O PS defendeu esta quinta-feira a realização de eleições livres e democráticas na Venezuela, condenou o uso da violência e apelou ao reconhecimento da Assembleia Nacional, cujo presidente, o opositor Juan Guaidó, se autoproclamou presidente interino do país.

Num comunicado divulgado no site oficial do Partido Socialista e nas redes sociais, o PS afirma que "este é o momento para responder à manifestação da vontade clara dos venezuelanos e criar condições para eleições democráticas e livres repondo o funcionamento do Estado de direito na Venezuela".

"O PS apela a que o direito de manifestação livre seja respeitado e condena qualquer uso da violência e da força contra aqueles que pedem um processo democrático transparente e justo e que seja reconhecido o papel da Assembleia Nacional da Venezuela", acrescenta.

Na mesma nota, os socialistas referem que estão a acompanhar a situação política na Venezuela e em especial a situação da comunidade portuguesa residente naquele país.

O PS entende ainda que a "comunidade internacional e a União Europeia devem apoiar o início de um processo político pacífico e livre para permitir o respeito pela Constituição da Venezuela e o normal funcionamento das suas instituições democráticas".

Esta posição do PS segue a linha defendida pelo Governo português. Na quarta-feira, o Ministério dos Negócios Estrangeiros anunciou, através do Twitter, estar a acompanhar "minuto a minuto a evolução da situação na Venezuela", tendo como "principal preocupação" a segurança da comunidade portuguesa, constituída por cerca de 300 mil portugueses e luso-descendentes.

Na mesma nota publicada da rede social, o MNE informava que o Governo português está em "contacto permanente" com os seus parceiros mais próximos e apelava a que "não haja violência na Venezuela" e que "seja respeitada a legitimidade da Assembleia Nacional", bem como "o direito das pessoas a manifestarem-se pacificamente".

PCP acusa Governo de "seguidismo"

Posição contrária assume o PCP, que "condena com veemência a nova operação golpista orquestrada e comandada pelos EUA contra a Venezuela e o povo venezuelano", considerando que "a insólita 'autoproclamação' de um presidente fantoche, dito 'presidente interino' afronta "a ordem constitucional deste país", ao "colocar em causa o legítimo Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro, eleito pelo voto popular".

Na nota do gabinete de imprensa do PCP - que segue a posição da Rússia e da China -, o dedo pela actual situação vivida naquele país é apontado directamente aos EUA: "Operação golpista que se insere na sistemática acção de desestabilização, tentativas de golpes de Estado, boicotes, terrorismo, especulação e açambarcamento, sanções, bloqueio económico, financeiro, político e diplomático, e mesmo a ameaça de intervenção militar por parte dos EUA - que estão na base dos problemas da economia da Venezuela e das dificuldades que o seu povo enfrenta".



Logo a seguir, as críticas dos comunistas dirigem-se ao Governo português, acusando-o de assumir "uma atitude de seguidismo da União Europeia e dos círculos mais reaccionários alinhados com a inaceitável operação de desestabilização e subversão contra a Venezuela".

Para o PCP, a defesa dos interesses nacionais e da comunidade portuguesa que vive na Venezuela "exige da parte do Governo português a assumpção de uma postura soberana que, no estrito respeito da Constituição da República Portuguesa e do Direito Internacional, se pautar pelo respeito da soberania e independência da República Bolivariana da Venezuela e pela rejeição e não alinhamento com a escalada de ingerência e agressão contra este País dirigida pelos EUA e apoiada pela UE".

Já para o Bloco de Esquerda, outro partido que apoia o Governo no Parlamento, só eleições livres podem resolver o impasse. Pedro Filipe Soares, líder da bancada do BE, considera que "nenhum dos presidentes tem legitimidade clara para estar à frente da Venezuela". O deputado defende a realização de eleições livres e democráticas no país.

"A pressão de uma escolha entre o regime de Maduro, que não soube manter a democracia, e um outro apoiado por Bolsonaro ou Trump, não deve manietar o povo venezuelano", afirmou, apelando a que se chegue a uma situação política que possa "levar a eleições democráticas em pouco tempo".

Pedro Filipe Soares adiantou que o BE tem "estado em contacto" com o Governo e que a posição do executivo assumida até agora "é sensata", tendo em conta a comunidade portuguesa que vive na Venezuela.

PSD: Presidenciais não foram reconhecidas

A vice-presidente da bancada do PSD, Rubina Berardo, defende o respeito pelo mandato da Assembleia Nacional da Venezuela e, logo, a presidência interina de Juan Guaidó.

Em declarações aos jornalistas no Parlamento, a deputada apelou ao respeito pelo "mandato de Juan Guaidó e da Assembleia Nacional" e também à realização de "eleições livres". "Respeitar o mandato democrático da Assembleia Nacional equivale a reconhecer a presidência interina de Juan Guaidó", disse, lembrando que as últimas presidenciais não foram reconhecidas internacionalmente.

O PSD entregou um voto de pesar pelos mortos nas manifestações dos últimos dias contra o Presidente Nicolás Maduro. Rubina Berardo mostrou "preocupação" pela situação no país e disse estar a acompanhar o momento político tendo em conta a comunidade portuguesa e de luso-descendentes que vive na Venezuela.

Na quarta-feira à noite, a líder do CDS-PP, Assunção Cristas, pediu, através do Facebook, que o Governo reconhecesse Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela para que o país possa promover eleições livres.

- **Fonte 5: Diário de Notícias**
Data: 24-01-2019
Link: <https://www.dnoticias.pt/pais/costa-afirma-que-todos-os-instrumentos-serao-activados-para-apoiar-portugueses-na-venezuela-CK4279598>

Costa afirma que todos os instrumentos serão activados para apoiar portugueses na Venezuela

O primeiro-ministro afirmou hoje que todos os instrumentos do Estado serão ativados para apoiar os portugueses na Venezuela e frisou que a posição diplomática nacional sobre a crise política em Caracas será a da União Europeia.

António Costa falava aos jornalistas após ter visitado o espaço da "Ephemera", Arquivo e Biblioteca José Pacheco Pereira, no Barreiro, acompanhado pela ministra da Cultura, depois de ter sido questionado pelos jornalistas sobre os incidentes no bairro da Jamaica, no Seixal.

O primeiro-ministro referiu que a situação de intranquilidade na Venezuela, "infelizmente, não começou ontem, sendo, antes, uma constante ao longo dos últimos anos".

"A comunidade portuguesa sabe bem o apoio e a proximidade que, quer os serviços consulares, quer o Governo, têm mantido constantemente. Essa solidariedade é total e todos os instrumentos do Estado português serão ativados em função das necessidades, sendo nosso desejo que - agora que a comunidade internacional se vai alinhando no reconhecimento das novas autoridades - rapidamente se possa recuperar a calma e a tranquilidade na Venezuela, garantindo a segurança de todos os portugueses ali residentes", declarou António Costa.

Nos planos político e diplomático, Portugal, segundo o líder do executivo, "tem trabalhado com os outros países da União Europeia para ter uma posição conjunta".

"Essa posição tem vindo a ser articulada entre todos. A União Europeia tomará a sua posição - e essa será também a posição de Portugal", acrescentou.

Juan Guaidó autoproclamou-se na quarta-feira Presidente interino da Venezuela, perante milhares de pessoas concentradas em Caracas.

O engenheiro mecânico de 35 anos tornou-se rapidamente o rosto da oposição venezuelana ao assumir, em 03 de janeiro, a presidência da Assembleia Nacional, única instituição à margem do regime vigente no país.

Nicolás Maduro iniciou em 10 de janeiro o seu segundo mandato de seis anos como Presidente da Venezuela, após uma vitória eleitoral cuja legitimidade não foi reconhecida nem pela oposição, nem pela maior parte da comunidade internacional.

Os Estados Unidos, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e quase toda a América Latina, à exceção de México, Bolívia e Cuba, e da Rússia - que se mantêm ao lado de Maduro, que consideram ser o Presidente democraticamente eleito da Venezuela -, já reconheceram Juan Guaidó como Presidente interino da Venezuela.

Por seu lado, a União Europeia defendeu a legitimidade democrática do parlamento venezuelano, sublinhando que "os direitos civis, a liberdade e a segurança de todos os membros da Assembleia Nacional, incluindo do seu Presidente, Juan Guaidó, devem ser plenamente respeitados" e instando à "abertura imediata de um processo político que conduza a eleições livres e credíveis, em conformidade com a ordem constitucional".

Da parte do Governo português, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, expressou na quarta-feira pleno respeito pela "vontade inequívoca" mostrada pelo povo da



Venezuela, disse esperar que Nicolás Maduro “compreenda que o seu tempo acabou” e apelou para a realização de “eleições livres”.

A Venezuela, país onde residem cerca de 300.000 portugueses ou lusodescendentes, enfrenta uma grave crise política e económica que levou 2,3 milhões de pessoas a fugir do país desde 2015, segundo dados da ONU.

Comunicados institucionais emitidos sobre a situação na Venezuela:

1. Comunicado do Presidente do Parlamento, Antonio Tajani sobre a crise política na Venezuela

Data: 24-01-2019

"In light of the dramatic protests taking place in Venezuela, it is clear that the Venezuelan people are fed up with the illegitimate regime of Maduro, that did not win the presidency in free and fair elections and clings to power while imprisoning the opposition," declared the President of the European Parliament, Antonio Tajani.

"In the face of general discontent, Maduro has to go now," added Tajani.

The European Parliament, during next week's plenary session, will discuss the situation in Venezuela and adopt a further urgent resolution on the subject. This is the ninth resolution on the country since the beginning of the legislature. No other country had received this kind of attention.

After having spoken on 9 January, the President of the European Parliament spoke again by telephone with the President of the National Assembly, Juan Guaidó, reiterating the support of the European Parliament.

"President Juan Guaidó is the only institutional interlocutor in Venezuela because he is the one who enjoys democratic legitimacy. I am in contact with him and we are following events in Venezuela very closely. We are very concerned with the risks of violence and the repression of the regime in the face of massive protest marches," continued the President of the European Parliament.

"A peaceful transition of power must be prepared through free and credible elections. The European Union and the rest of the international community must provide the means and their experience to accompany this transition, which will result in a return to democracy as soon as possible," concluded President Tajani.

1. Declaração da chefe da democracia europeia, Federica Mogherini

On 23 January, the people of Venezuela have massively called for democracy and the possibility to freely determine their own destiny. These voices cannot be ignored.

The EU strongly calls for the start of an immediate political process leading to free and credible elections, in conformity with the Constitutional order.

The EU fully supports the national assembly as the democratically elected institution whose powers need to be restored and respected.



The civil rights, freedom and safety of all members of the National Assembly, including its President, Juan Guaidó, need to be observed and fully respected.

Violence and the excessive use of force by security forces are completely unacceptable, and will for sure not resolve the crisis. The Venezuelan people have the right to peacefully demonstrate, to freely choose its leaders and decide its future.

The European Union and its member states remain ready to support the restoration of democracy and rule of law in Venezuela through a credible peaceful political process in line with the Venezuelan constitution.

2. Declaração do presidente da comissão dos Assuntos Externos do PE, David McAllister

Following the latest political developments in Venezuela, the Chair of the EP Foreign Affairs Committee David McAllister (EPP, DE) issued this statement:

"The national assembly as the legitimate, democratically elected institution must lead the transition towards a full restitution of democracy in Venezuela.

The Venezuelan authorities have to respect the national assembly's constitutional rights and protect the rights and freedoms of its members.

President Maduro has lost any legitimacy to lead his country. He needs to step aside and clear the way for a peaceful solution of the current crisis through democratic and free elections.

I urge the Venezuelan authorities to refrain from the use of violence against peaceful protestors."

3. Comunicado de imprensa do PE sobre a situação humanitária na Venezuela e na sua fronteira com a Colômbia e o Brasil

O Parlamento Europeu pediu à Venezuela que permita a entrada de ajuda humanitária no país e à UE que liberte fundos adicionais para ajudar as pessoas que fugiram para os países vizinhos.

Os eurodeputados manifestaram "profunda consternação e apreensão perante a devastadora situação humanitária na Venezuela", que provocou numerosas mortes e um afluxo sem precedentes de refugiados e migrantes aos países vizinhos. "O governo venezuelano persiste na negação do problema", lamenta o Parlamento Europeu (PE) numa resolução hoje aprovada por 455 votos a favor, 100 contra e 29 abstenções.

No seguimento de uma delegação de eurodeputados que visitou a fronteira da Venezuela com a Colômbia e o Brasil de 25 a 30 de junho para avaliar o impacto da crise no terreno, o PE exorta as autoridades venezuelanas a impedirem o agravamento da crise humanitária e a permitirem a entrada sem entraves de ajuda humanitária no país com carácter de urgência.

A assembleia europeia elogia a Colômbia, o Brasil e outros países e atores na região pela sua ajuda e solidariedade ativas relativamente aos refugiados e migrantes venezuelanos, instando também os Estados-Membros da União Europeia (UE) a proporcionarem "respostas imediatas". Estas poderiam incluir, por exemplo, vistos humanitários, disposições especiais de permanência ou outros regimes migratórios regionais.

Os eurodeputados saúdam a ajuda humanitária atribuída até à data pela UE e apelam à concessão urgente de apoio humanitário suplementar, a libertar através de fundos de emergência, a fim de satisfazer as necessidades em rápido crescimento das pessoas afetadas pela crise venezuelana nos países vizinhos.



Francisco Assis foi o chefe da delegação do PE ao Brasil e José Inácio Faria integrou a missão à Colômbia.

PE apela à realização de novas eleições

Afirmado que a crise humanitária atual radica numa crise política, o PE solicita a realização de novas eleições presidenciais na Venezuela, em conformidade com as normas democráticas reconhecidas internacionalmente e a ordem constitucional do país. Estas devem ter lugar num “quadro transparente, equitativo e justo que inclua a supervisão internacional”, sem exclusão de quaisquer partidos políticos ou candidatos e com pleno respeito dos direitos políticos de todos os venezuelanos.

A resolução nota que as eleições realizadas em 20 de maio “foram conduzidas sem observar as normas internacionais mínimas para um processo credível, não respeitando o pluralismo político, a democracia, a transparência e o Estado de direito”, o que colocou “restrições adicionais aos esforços para resolver a crise política”.

O governo legítimo resultante das novas eleições “deve resolver urgentemente a atual crise económica e social da Venezuela e procurar a reconciliação nacional”, diz o PE.

Contexto

A Venezuela enfrenta uma crise política, social, económica e humanitária sem precedentes, que conduziu a um aumento do número de mortes e a cada vez mais refugiados e migrantes que fogem do seu país devido à falta de condições de vida básicas, como o acesso a produtos alimentares, água potável, serviços de saúde e medicamentos.

A Colômbia acolhe a maior parte das pessoas deslocadas, com mais de 820 000 venezuelanos a viver no seu território. O Brasil está também confrontado com um grande afluxo de pessoas. Todos os meses, entram em Roraima, um dos Estados mais pobres do Brasil, mais de 12 000 venezuelanos, 2 700 dos quais acabam por permanecer na cidade de Boa Vista. Estes já representam mais de 7% da população da cidade, estimando-se que, ao ritmo atual, haja mais de 60 000 venezuelanos a viver nesta localidade até ao final do ano.

Os países de acolhimento, sobretudo na América Latina, sentem cada vez mais dificuldades em prestar assistência aos recém-chegados. Na Europa, países como Espanha, Portugal e Itália são também cada vez mais afetados, nota a resolução do PE.

4. Comunicado de imprensa do PE sobre as eleições realizadas em 20 de maio de 2018

Venezuela: Eleições agendadas para 20 de maio devem ser suspensas, diz Parlamento Europeu

O PE instou hoje à suspensão imediata das eleições presidenciais na Venezuela até que se encontrem reunidas as condições para a realização de eleições credíveis, transparentes e inclusivas.

A União Europeia (UE) só reconhecerá eleições assentes num calendário eleitoral realista, acordadas no contexto do diálogo nacional com todos os intervenientes pertinentes e todos os partidos políticos, juntamente com a garantia de condições de participação idênticas para todos, equitativas e transparentes, diz a assembleia europeia numa resolução aprovada por 492 votos a favor, 87 contra e 77 abstenções.

As eleições presidenciais antecipadas convocadas pela Assembleia Nacional Constituinte, não reconhecida internacionalmente, e aprovadas pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) estão agora agendadas para 20 de maio.

Os eurodeputados recordam que, em 25 de janeiro, o Supremo Tribunal da Venezuela decidiu excluir a Mesa de la Unidad Democrática (MUD), uma coligação de partidos da oposição, das eleições presidenciais, decisão que constitui “uma grave violação do princípio de eleições equitativas, proibindo os candidatos da oposição de concorrer livremente e em igualdade de condições às eleições”.

Os acontecimentos recentes na Venezuela estão a causar uma “maior polarização e deterioração” da situação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito, nota a resolução. O PE pede que sejam convocadas de imediato “eleições consentâneas com todas as normas internacionais” e que o “governo legítimo resultante dessas eleições” resolva urgentemente a atual crise económica e social que assola a Venezuela e que trabalhe no sentido da reconciliação nacional do país.

Os eurodeputados exortam o governo e a oposição a adotarem, sem demora, um plano de estabilização macroeconómica, em conjunto com as instituições financeiras internacionais, a fim de superar os numerosos desafios que o país enfrenta, como a crise humanitária, causada pela hiperinflação e pela escassez de bens de primeira necessidade e de medicamentos.

Numa resolução aprovada em 8 de fevereiro, o PE apelou a que as sanções aplicadas pelo Conselho da UE a sete altos funcionários venezuelanos fossem alargadas ao Presidente Nicolás Maduro e avisou que apenas eleições acordadas no contexto do diálogo nacional, com todos os partidos políticos, seriam reconhecidas pela UE

5. Comunicado de imprensa do PE sobre uma resolução apelando a sanções contra Maduro

Venezuela: Parlamento Europeu apela a sanções contra Maduro e chefes militares

O Parlamento Europeu (PE) defendeu hoje que as sanções da União Europeia (UE) devem ser alargadas ao Presidente Nicolás Maduro.

Numa resolução sobre a situação na Venezuela, aprovada por 480 votos a favor, 51 contra e 70 abstenções, o PE apela a que as sanções aplicadas pelo Conselho da UE a sete altos funcionários venezuelanos sejam alargadas aos “principais responsáveis pelo agravamento da crise política, social, económica e humanitária, nomeadamente o Presidente, o vice-presidente, o ministro da Defesa, os membros do alto comando militar e os membros dos seus círculos mais próximos, incluindo familiares”.

Os eurodeputados pedem que sejam ponderadas e adotadas novas medidas diplomáticas e económicas se a situação dos direitos humanos continuar a deteriorar-se, nomeadamente relacionadas com a empresa petrolífera estatal «Petróleos de Venezuela S.A».

Em 22 de janeiro, o Conselho da UE decidiu aplicar sanções a sete nacionais venezuelanos que exercem cargos oficiais, sob a forma de medidas restritivas, como a proibição de viajar e o congelamento de bens.

O PE condena a decisão das autoridades venezuelanas, tomada na sequência da adoção destas sanções, de expulsar e declarar persona non grata o embaixador espanhol em Caracas, recordando que as decisões da UE sobre a aplicação de sanções são tomadas por unanimidade e apelando à “total solidariedade com Espanha”.

UE apenas reconhecerá eleições equitativas e transparentes

Os eurodeputados lamentam a decisão unilateral da Assembleia Nacional Constituinte “ilegítima, que não é reconhecida nem internacionalmente nem pela UE”, de convocar eleições presidenciais antecipadas antes do final de abril deste ano



A assembleia europeia avisa que “apenas eleições assentes num calendário eleitoral realista, acordadas no contexto do diálogo nacional com todos os intervenientes pertinentes e todos os partidos políticos, juntamente com a garantia de condições de participação idênticas para todos, equitativas e transparentes (...) serão reconhecidas pela UE”. O PE recorda a sua disponibilidade para enviar uma missão de observação eleitoral, se todas as condições necessárias estiverem preenchidas.

Um recente acórdão do Supremo Tribunal da Venezuela proíbe os representantes da MUD (Mesa de la Unidad Democrática, oposição) de concorrer às próximas eleições. O PE realça também que muitos potenciais candidatos não estarão em condições de poder concorrer porque se encontram exilados, sujeitos a medidas de inibição de direitos administrativos, detidos ou em prisão domiciliária.

Representantes da oposição democrática na Venezuela receberam o Prémio Sakharov do PE na sessão plenária de dezembro.

Ajuda humanitária urgente e sem entraves

O PE apela às autoridades venezuelanas para que autorizem a entrada da ajuda humanitária sem entraves e com carácter de urgência e permitam o acesso das organizações internacionais que pretendem prestar assistência aos cidadãos.

Um número crescente de pessoas na Venezuela, incluindo crianças, sofre de subnutrição em consequência do acesso limitado a serviços de saúde de qualidade, a medicamentos e a produtos alimentares.

